

062ª SESSÃO ORDINÁRIA – 02JUL2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O Sr. Alexandre Darif da Silveira, representando a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias – Estaca Porto Alegre, Brasil, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo ao programa Mãos que Ajudam - 2012.

O SR. ALEXANDRE DARIF DA SILVEIRA: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini, muito obrigado por esta oportunidade; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e amigos, meu nome é Alexandre Darif da Silveira, sou Presidente da Estaca Porto Alegre da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Estou aqui para apresentar o projeto nacional Mãos que Ajudam a Armazenar e Doar Alimentos.

O programa Mãos que Ajudam é um programa permanente de ajuda humanitária e de serviço comunitário. Mobiliza milhares de voluntários de todas as idades, membros e amigos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. No Brasil e no mundo, estendemos as mãos a quem precisa. Nosso *site* é www.maosqueajudam.org.br. Quem participa desse programa? Membros amigos da igreja, em parceria com outras entidades, instituições religiosas, empresas privadas, órgãos governamentais e organizações assistenciais. Onde nós ajudamos? Nós trabalhamos em asilos, orfanatos, creches, escolas, hospitais públicos e onde houver uma necessidade. Como nós ajudamos? Através da doação de nosso tempo para levar esperança onde existe uma aflição, amor onde há desprezo, um serviço altruísta, ajudamos a limpar, reformar e fazer manutenção em escolas e outros lugares públicos, a preservar o meio ambiente, a apoiar e acompanhar a comunidade.

No ano de 2011, através de nosso trabalho, foram limpas nove escolas na região da Grande Porto Alegre. Promovemos palestras de combate ao uso de drogas com o apoio da Brigada Militar, recreação e trabalho comunitário. Em várias de nossas comunidades, trabalhamos, junto com a Brigada Militar, no desenvolvimento do Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas. O Programa Mãos que Ajudam 2012 tem como objetivo ensinar as pessoas e a comunidade um viver previdente através do armazenamento e da doação de alimentos. No primeiro semestre, estamos tendo uma oficina localizada em um dos nossos prédios, que fica na Av. Princesa Isabel, nº 300, onde, às quartas-feiras, às 14h, ensinamos os membros da comunidade a armazenar e guardar alimentos de forma a prorrogar sua validade. Sobre este assunto, temos este vídeo, que será vinculado nos canais de tevê.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ALEXANDRE DARIF DA SILVEIRA: No próximo dia 28 de julho, nós teremos o conhecido Sábado Solidário. Estima-se que mais de 400 toneladas de grãos, como arroz e feijão, serão doadas em todo o Brasil. Mais de 150 cidades serão envolvidas e várias instituições serão beneficiadas por meio dessa doação, principalmente na região de Porto Alegre e Grande Porto Alegre.

O Presidente da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Thomas S. Monson, declarou: “Somos as mãos do Senhor aqui na Terra, com o encargo de servir e edificar seus filhos. Ele precisa de cada um de nós”.

Esperamos que, para este ano de 2012, nós possamos, de alguma maneira, ser mais úteis à sociedade, através do ensinamento do viver previdente. Nosso desejo é que a nossa Cidade, o nosso Estado sejam lugares melhores por meio de pequenas iniciativas como as da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Quero agradecer aos senhores esta oportunidade e me colocar à disposição para ajudar nossa comunidade de alguma maneira por meio dos voluntários que possuímos, por meio do desejo de sempre servirmos à nossa comunidade.

Srs. Vereadores, Ver. Carlos Todeschini, que preside esta Sessão, obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Peço ao Sr. Alexandre que se sente à Mesa conosco. Vamos rodar novamente o vídeo agora, porque ele não foi completo na primeira rodagem.

(Procede-se à apresentação do vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Concluímos a apresentação do vídeo e a manifestação da representação de Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Estaca Porto Alegre, e abrimos a palavra para as manifestações das Bancadas.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, meu caro Presidente Todeschini e Sr. Presidente Alexandre Darif da Silveira, que traz aqui o Programa Mãos que Ajudam - 2012, quero dizer que, para nós, este aprendizado é extremamente importante. Seria extremamente importante que esse programa pudesse ser mais divulgado ainda, acho que aqui é um bom local para isso, fazendo a divulgação, inclusive, pela TVCâmara, pela nossa imprensa, para que a gente pudesse, de fato, enfrentar a perda de alimentos no País. Há pessoas que dizem que, do local da colheita até o seu destino, por problema de armazenamento, nós estamos perdendo 30% da produção brasileira. Não sei se esses dados confirmam, mas, se isso for verdadeiro, é para mais de alarmante; inclusive, o Ver. Todeschini é engenheiro agrônomo. Nós aqui, recentemente, apresentamos um projeto sobre a questão da possibilidade de visita aos depósitos, porque, muitas vezes, nos locais de venda, principalmente o pessoal pobre, de periferia, é logrado com produtos que já passaram da validade. Aqui, com uma simples ação educativa, de um produto que pode ser utilizado e que é jogado fora – a garrafa PET –, nós temos a garantia da preservação desse alimento por dois anos. Portanto, parabéns por esta iniciativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. NELCIR TESSARO: Ver. Todeschini, quero aqui cumprimentar o Sr. Alexandre pelo Programa Mãos que Ajudam, que é muito interessante. Eu estava ali apreciando e vendo como é importante o aproveitamento dessas garrafas PET para dar uma garantia de qualidade do produto por dois anos. O Programa faz com que duas ações ao mesmo tempo aconteçam: primeiro, que nós possamos buscar alimentos que sabemos que não são bem acondicionados, inclusive muitos são doados e, por falta de acondicionamento, acabam estragando, mas que, se bem utilizados, colocados dentro dessas garrafas PET, podem permanecer por dois anos, com qualidade. A segunda parte é que nós vamos fazer com que o nosso meio ambiente cada dia fique melhor e mais alegre. Vejam o nosso arroio Dilúvio, no qual vemos tantas e tantas garrafas PET boiando no dia a dia, que seriam, com certeza, melhor aproveitadas se fizemos uma grande campanha, porque, com toda a certeza, vocês também têm dificuldade de buscar tantas garrafas PET. Então, iríamos incentivar no sentido de que as pessoas levem as garrafas PET, para que possam acondicionar os alimentos. Então, em nome da minha Bancada – Ver. Bernardino Vendruscolo, Ver. Tarciso Flecha Negra, quero cumprimentá-lo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Luiz Braz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. LUIZ BRAZ: Quero cumprimentar V. Exa. e o Sr. Alexandre, que vem aqui trazer exatamente este Programa, que é da Igreja dos Mórmons e que fala exatamente das mãos que ajudam. Esse Programa é um programa nacional, se bem entendi, que vai reunir 400 mil quilos em alimentos. Eu fiquei realmente muito entusiasmado com o modo como vocês estão ensinando a armazenar, utilizando as garrafas PET. Nós também temos uma promoção aqui, em termos

de Porto Alegre, que é o Show do Quilo, pelo qual arrecadamos alimentos para poder distribuir para entidades carentes, mas não temos, é claro, esse cuidado que vocês têm no armazenamento desse alimento.

Já me perguntaram ali atrás – foi ensinado com arroz –, se também pode ser utilizada a mesma técnica com outros alimentos. Vejo que pode utilizar-se a mesma técnica, porque eu acredito que o alho é para retirar a umidade do alimento. Quero cumprimentar vocês, que realmente dão um grande exemplo para todos nós aqui e para o Brasil inteiro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Alexandre Darif da Silveira, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, bem como as Diretoras de Assuntos Públicos, a Adriana e a Rosângela. Através delas, conheci o programa Mãos que Ajudam no ano passado. Fiquei impressionada, porque não é uma ajuda pontual, é um trabalho bastante profundo que a Igreja faz ao propor as suas campanhas de ação prática nas comunidades. Acompanhei, em um sábado, numa escola da Lomba do Pinheiro e quero testemunhar que é um trabalho voluntário de muita precisão – são engenheiros, são arquitetos, crianças, adolescentes, mulheres, costureiras. A escola só não foi mais remodelada, talvez, por falta de insumos que a própria escola pudesse ofertar. Eu tenho certeza de que o Projeto deste ano foi pensado de uma forma muito adequada.

Eu comentava com a Rosângela, quando ela me apresentou, Ver. Todeschini, que vamos a muitas comunidades que, inclusive, não conseguem salvar os seus alimentos dos ratos e da umidade. Há lugares muito pouco adequados para o armazenamento, mesmo que seja provisório, por pouco tempo; há muitas creches comunitárias, entidades que recebem determinados alimentos, em grande quantidade, e têm que trabalhar com esse armazenamento por um tempo mais longo. Então, acho que a Igreja acerta muito no papel educativo que faz, que cumpre, pensa em distribuir alimentos, mas ensina o

armazenamento, o cuidado, toda a reflexão sobre o alimento, ou seja, não é uma ação despolitizada, é uma ação de cidadania.

Eu acredito muito nas igrejas, na Igreja, que alia a sua fé com obras. Eu sei que vocês fazem esse trabalho sem um aliciamento – não digo aliciamento, mas sem uma necessidade de estar incluído naquele credo religioso. É, de fato, um compromisso com as verdades que creem, que estudam a Bíblia.

Então, eu quero dar os parabéns a vocês, desejar muita força, muito sucesso, muito ânimo, garra, persistência, porque esse trabalho que esta Igreja faz é maravilhoso, é exemplo para a ação social e para os governos também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meu caro Alexandre da Silveira, Presidente da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, aqui em Porto Alegre. Eu quero dizer que tive a oportunidade de participar de muitos eventos da Igreja. Uma das coisas que mais me chamou a atenção foi a preocupação maior que tem com a família. Aqueles que se preocupam intensamente com a família, evidentemente se preocupam com os seus irmãos, que é o que vocês estão fazendo de maneira eficiente, rigorosa e responsável.

Eu quero desejar que continuem nessa caminhada de bondade, de solidariedade, atendendo àqueles que têm menos. Se cada um der um pouquinho de si, o mundo será melhor. Nós chegaremos naquilo que tanto se almeja, que é a paz. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Não há mais inscritos para manifestações. Agradecemos a presença do Sr. Alexandre Darif da Silveira, Presidente da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h43min.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): (14h44min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, anteontem, no sábado, Ver. João Dib, nós tivemos aqui, neste plenário, a convenção municipal do PSOL, que nos trouxe a possibilidade de uma escolha, para a disputa majoritária, do nome do nosso companheiro Roberto Robaina, como candidato a Prefeito da Capital. Nessa mesma oportunidade, selamos a aliança com o Partido Comunista Brasileiro. O PCB indicou o candidato a Vice na chapa junto com o PSOL. Traz para nós motivo de muita honra ter como candidata a Vice-Prefeita, a companheira Goretti Grossi, uma lutadora da área da Saúde, que mostrou, ao longo de muitos anos, uma militância extraordinária, com capacidade de enfrentamento no meio dos professores, dirigente do CPERS, e para nós, do PSOL, é de fato, além do orgulho, uma alegria podermos militar com as companheiras e com os companheiros do PCB. E faço este registro para dizer que cada um de nós, da sua maneira, pode colaborar com o processo democrático. O PSOL é um Partido necessário! Nós respeitamos todos os demais, não nos sentimos e nem nos achamos melhores do que ninguém, mas temos nossos próprios critérios, e dentre esses critérios, talvez um dos mais importantes, senão o mais importante, é justamente o de condenarmos as alianças espúrias, sem critério, que, de fato, visam apenas ao poder pelo poder. Nós, do PSOL, não aceitamos essa linha de conduta, como não aceitamos a tese de que a governabilidade justifica qualquer atitude, qualquer comportamento.

Os Partidos têm nas suas histórias e na ideologia que representam as suas razões de ser. Não é apenas ocupar cargos e vencer por vencer o fundamento. Nós, do PSOL, pensamos bem diferente, e no sábado tivemos a oportunidade de demonstrar isso na prática, mostrando nas falas que aqui ocorreram,

inclusive desta tribuna, que nós tínhamos – e temos – uma posição e que as alianças político-partidárias para as disputas eleitorais precisam, sim, ter coerência; precisam, sim, de uma lógica histórica; precisam, sim, ser explicadas e entendidas pela sociedade como um todo, para que não pareçam meros arranjos em disputa eleitoral, em que a sociedade fica perdida. Como projetos tão antagônicos podem querer, juntos, governar um Município do porte de Porto Alegre?

Então, ficamos muito felizes; essa aliança, realmente, nos orgulha bastante. Os candidatos escolhidos são pessoas já testadas na luta social; integrantes dos movimentos que compõem essa luta, e, para nós, com toda certeza, vão fazer uma diferença enorme nesta eleição e mostrar que a existência do PSOL e do PCB continua sendo extremamente necessária na sociedade brasileira, gaúcha e porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Elias Vidal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIAS VIDAL: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste pela televisão e pelas galerias desta Casa Legislativa, depois de três ou quatro dias sem voz, começo a falar e me sinto bem melhor. Vou passar um vídeo para os senhores, e vocês vão entender porque me sinto muito bem no Partido Verde. Hoje recebi da gráfica o cartão novo – Elias Vidal, Líder da Bancada do Partido Verde –, o que para mim é um grande orgulho. Eu vou pedir para vocês prestarem atenção, pois vocês vão perceber por que eu me sinto tão bem no Partido Verde.

(Procede-se à apresentação em vídeo.)

O SR. ELIAS VIDAL: O Projeto Vida e Saúde, entre os programas da área social, é um projeto que começou em 1994 e ele também se envolve com a área ambiental. (Referindo-se à imagem do vídeo) Essas são imagens captadas na orla do Guaíba, e, por incrível que pareça, isso aqui é Porto

Alegre. Isso ocorreu em 2008, eu nem estava no Partido Verde, mas o Partido já estava envolvido e preocupado com a orla do Guaíba; ali, há uma garça solitária, um símbolo de resistência, convivendo com a sujeira e com o descaso do próprio homem (Aponta para a projeção); na próxima imagem, estamos com um grupo de jalecos verdes – acho que, no fundo, já era um sentimento de agir nessa área e de estar no Partido Verde –, pode-se ver o antes e o depois de uma limpeza de parte do Guaíba, realizada por um grupo de voluntários, em 2008, com um apoio logístico por água e por terra, num barquinho nosso, do Projeto de Saúde, Guaíba minha orla, meu quintal, o lixo que não vai para o lixo vai para o rio – uma frase que fiz; aí, na Ilha da Pólvora, um grupo de voluntários – estou ali trabalhando, limpando a Ilha da Pólvora, e depois uma saída com muita alegria por ter cumprido com a missão; também a parte da horta, das árvores frutíferas; e aí nós bolamos, pela instituição, uma carteirinha, Amigos da natureza. Então, percebam os senhores que o Vidal já vinha atuando nessa área, mesmo antes de estar no Partido Verde. (Referindo-se à imagem do vídeo). Esta é uma área de terra que é da minha família, antes de a minha mãe morrer, muitos anos antes; falei com meus irmãos para que doássemos ao Planeta, ao mundo, esse pedaço de terra, que é um lugar muito lindo, que, na realidade, é um horto ecológico.

Aí é um galpão que a gente fez com eucaliptos, que tem dentro da nossa terra. Estou lá em cima ajudando na construção desse grande galpão que vai servir como base para quem fizer qualquer tipo de atividade numa mata fechada. Quando compramos isso, 30 anos atrás, era tudo lavrado; hoje é mata fechada. A mata se refez, e eu fico muito feliz por isso.

Agora vou mostrar um documentário, com imagem e movimento, para os senhores verem uma cena fantástica; quando a assisto, fico arrepiado, porque toca muito no coração. É sobre a orla do Guaíba. Prestem atenção, senhores, por favor.

(Procede-se à apresentação em vídeo.)

O SR. ELIAS VIDAL: Programa de apoio à recuperação do Guaíba. (Pausa.) Não tem som, então vamos abortar essa parte, porque, sem som, não tem

como. Vamos passar, num outro momento, esta matéria. Agradeço pela atenção aos senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Sebastião Melo está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Mauro Zacher e por transposição de tempo com o Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Prezado presidente dos trabalhos, Ver. Carlos Atilio Todeschini; meus colegas Vereadores e minhas colegas Vereadoras, quero agradecer ao Presidente Mauro Zacher por me ceder este tempo. Eu quero começar esta fala – uma pena que o meu colega Mauro Pinheiro não esteja aqui, o nosso colega, porque eu gosto muito do Mauro Pinheiro, como gosto de todos os meus colegas –, dizendo, Ver. Dib, que fazer oposição é muito importante na vida democrática, Ver. Pedro Ruas. Eu fui oposição nesta Casa e, com muita responsabilidade, acho que ajudei muito, muito, muito a Cidade. Então, acho que ser oposição e fazer oposição é um papel muito importante para a vida democrática. Mas eu acho também que a oposição tem que ter cuidado em algumas questões. O Mauro trouxe a esta tribuna uma questão em relação ao Clóvis Magalhães. O Clóvis foi o Secretário de Gestão no Governo Fogaça, um sujeito, na minha avaliação, extraordinário do ponto de vista da Gestão Pública. E quero dizer, Tessaro, que muito do que está aí hoje se deve muito ao Clóvis Magalhães. O Clóvis, além de Secretário de Gestão, foi, Ver. Garcia, Presidente por um tempo do Conselho de Administração da PROCEMPA. A PROCEMPA tem um plano de saúde empresarial, em que os funcionários podem aderir, e o pagamento é realizado parte empresa, parte funcionário. E ele fez isso. E, em qualquer plano empresarial, se é que algum Vereador não sabe, mas isso é lei federal, quando o trabalhador sai, ele tem direito de fazer o pagamento, num prazo mínimo de seis meses, e num prazo

máximo de dois anos, do seu próprio bolso, e continuar com o plano. Foi o que o Clóvis fez, ou seja, ele pagou durante dois anos, autonomamente, o seu plano de saúde. Então, eu queria deixar registrado isso aqui, Presidente. Eu sei que o Mauro vai tomar conhecimento da minha fala e, como eu tenho certeza da grandeza dele, acho que ele se equivocou profundamente. Porque o Clóvis não merece isso; o Clóvis é um sujeito muito correto, descente, digno. Ele até poderia não ser do meu Partido, e, mesmo assim, eu o defenderia nesta tribuna. Eu acho que a oposição é importante, mas quando ela ultrapassa os limites, ela deve ser combatida.

O Sr. Nelcir Tessaro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Sebastião Melo, obrigado pelo aparte. Apenas quero salientar que, na quinta-feira, eu recebi cópia da documentação enviada pela PROCEMPA, até argumentei com o Ver. Mauro, e o Ver. Mauro disse: “Lamento, porque eu pedi informações à PROCEMPA, mas elas não vieram a tempo”. Eu não tenho procuração para defender nem um, nem outro, apenas quero dizer que eu recebi toda a documentação enviada referente ao Sr. Clóvis Magalhães, e ali constavam, desde o início da sua saída, todo o ressarcimento, cópias de cheque, depósitos bancários, tudo completo, onde ele justificou e comprovou que todo o plano de saúde ele reembolsou, e ficou o período que ele tinha contratado, até sair, pois hoje ele está no Senge com esse mesmo plano.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Obrigado, Ver. Tessaro.

Eu acho que o assunto está esclarecido. Eu só queria deixar registrado, porque, naquele dia, eu não tive a oportunidade de falar e, sendo hoje segunda-feira, o dia em que tenho oportunidade, eu quero deixar registrado nesta tribuna, e tenho certeza de que o Mauro, com a grandeza que tem, vai voltar atrás. Não é correto fazer isso com o Clóvis, porque o Clóvis saiu, pagou o seu plano de saúde, como qualquer um poderia fazer, como qualquer empresa poderia fazer. Então, não há ilegalidade, não há imoralidade, não há absolutamente nada.

Eu ainda aproveito este tempo, já que o Grande Expediente é um momento de aprofundar discussões, para dizer que ontem eu fui, pela segunda vez, à feira,

Ver. Adeli Sell, não sei se V. Exa. passou por lá, do Gasômetro, que recolhe o lixo eletrônico. Os senhores sabem que foram 35 mil toneladas de eletrônico! Eu acho que iniciativas como essa, com certeza, fazem uma cidade mais sustentável, Pedro, porque a gente sabe que a mão do Poder Público não consegue alcançar todas as áreas e todos os lugares, e esse é um setor delicado da limpeza da Cidade. Porto Alegre foi a primeira Capital do Brasil a separar lixo, e foi no Governo Olívio Dutra, Ver.^a Sofia, em 1990, no bairro Bom Fim, o primeiro bairro a separar lixo. De lá para cá foram-se mais de duas décadas, e a Cidade hoje consegue separar o seu lixo. É verdade que nem todo o lixo que é separado é alcançado pelo Poder Público, porque nós sabemos que ainda os catadores sociais, tanto os carrinheiros como os carroceiros, alcançam boa parte desse lixo. Por outro lado – e faço este *link* para chegar a um tema que esta Casa está discutindo por meio de uma Comissão que presido, que é o Código de Posturas, que, na minha avaliação, não será mais chamado de Código de Posturas, e sim código de convivência democrática ou código de civilidade –, o que a gente percebe na Cidade é que o mesmo cidadão, Ver. Brasinha, que é capaz de separar o lixo na casa dele, amarrar o lixo, colocar na hora certa, colocar na lixeira certa, este mesmo cidadão, às vezes, é capaz de sair de casa tomando um refrigerante e, na primeira esquina, ele bota a latinha no chão, e se ele tiver uma sacola plástica, também vai junto para a rua. Então, sobre a limpeza de uma cidade, é claro que o Poder Público tem um papel fundamental indelegável, mas eu quero dizer que ela pode ser melhor sempre, se ela tiver a parceria da sua população. E aí eu retomo, Presidente Todeschini, para falar do Código de Posturas. Têm sido muito ricas as reuniões; nós fizemos oito debates, fora o lançamento, que foi com o Roberto Da Matta, aqui neste Plenário. Eu quero dizer que cada um dos debates foi mais rico que o outro, Ver. Elias, e V. Exa. está lá, tem assento, participou dos debates do nosso Código de Posturas. E, realmente, nós precisamos, Ver. Toni, criar uma ferramenta mais moderna, mas também é preciso unificar os procedimentos, é preciso aumentar as multas, é preciso que a população também saiba qual é o guichê existente para reclamar das más posturas urbanas. Ainda é muito rotineiro, na nossa Cidade, as pessoas lavarem o carro nas calçadas; as pessoas não cuidarem das calçadas. E lá se

teve um debate muito interessante, que eu acho que nós devemos aprofundar, Ver. Toni, daquele Professor da Universidade Federal que acha que em relação à questão das calçadas, Ver. João Dib, deveria ser feita a recuperação pelo Poder Público, e não esperar que o particular faça, e que mandasse a conta via IPTU. Olha, é um debate que tem fundamento, muitas vezes. Em vez de o Poder Público ficar notificando para fazer, o Poder Público faz e manda a conta. Foi um debate com muita profundidade.

Sobre a questão da unificação dos procedimentos: hoje, para cada postura urbana, uma possível multa, Ver. Todeschini, existe um procedimento específico. E como a Lei é de 1975 e a Constituição é de 1988, é evidente que aqueles infratores recorrem pela Lei Maior, em nome da ampla defesa, e não têm pago pelos absurdos que têm cometido na Cidade. Então, esta lei precisa ser corrigida. O que nós estamos fazendo neste momento? A Ver.^a Maria Celeste está fazendo um Relatório, nós faremos um pré-projeto do Código de Convivência, nós pretendemos refazer, remontar uma nova Comissão. Esta Comissão, após o recesso, correrá a Cidade, e nós pretendemos, no final do ano, entregar à Mesa Diretora, um Projeto. E, nas próximas legislaturas, vocês – que estarão aqui na Casa, no ano que vem, a grande maioria de V. Exas. – poderão, então, discutir, ampliar, produzir todas as audiências públicas necessárias. Nós criamos uma ferramenta que está no Portal da Câmara e nós temos recebido várias sugestões do ponto de vista da correção das posturas do Código de Convivência.

Eu quero aproveitar este espaço também para dizer à população que pode acessar o nosso *site* da Câmara de Vereadores e dizer: “Essa postura urbana está atrasada, está ultrapassada”. Eu vou dar um exemplo: a questão de som alto noite afóra, nós precisamos dar um passo adiante, porque essa é uma das grandes reclamações que cai hoje no 156 e não tem o que fazer. Chamar a Brigada? A Brigada tem um déficit de dois mil homens em Porto Alegre para a segurança pública, vai cuidar de som alto? Esse é o papel da Brigada? Entendo que não, mas como resolver isso, então? Essa é uma questão de postura urbana. Por isso eu faço aqui um fechamento para dizer o seguinte, Toni: não há como ter um Centro melhor, parques melhores, praças melhores, convivências melhores se, efetivamente, o cidadão não fizer a sua parte. Eu

sou do Interior, e tenho ainda manias do Interior. No Interior, na cidade pequena, tu levantas, sai rua afora, tu cumprimentas todos: “Bom-dia, como é que o senhor vai? Está bem?” Na Cidade grande somos criados e, quando somos bem pequeninos, as mães dizem: “Olha, meu filho, não cumprimenta ninguém na rua; são todos inimigos!” Então, vejam, é preciso mudar essa convivência, não existe essa história de eu produzir uma Cidade melhor, dizendo que os espaços públicos são responsabilidade só do Poder Público, não. Os espaços públicos são responsabilidade também do cidadão. Quando os carros começam a ganhar das pessoas nas cidades, está tudo errado. O sujeito acha que o carro, especialmente se for um carro grande, é melhor do que o pedestre, do que o cara que está com um carro pequeno, ele se sente empoderado. “Mas vem cá, eu estou num caminhonetão, como é que esse cara atravessa na minha frente?” Mas esse mesmo cidadão tem que pensar que ele também é pedestre, que ele também anda pelas ruas, que ele tem filho também! Então, eu diria aqui que as reuniões têm sido muito ricas, mas acho que temos que agregar uma pesquisa científica, Ver. Toni. Nós não podemos votar um Código de Posturas, um código de convivência, sem uma boa pesquisa! Nós temos que dar um passo à frente! Então, eu diria que não temos pressa, porque achamos que leis açodadas, na maioria das vezes, não trazem bons resultados; e, se leis resolvessem o problema do nosso País, nós estávamos resolvidos em tudo. Então, não temos pressa, mas temos clareza de que é preciso ter uma ferramenta moderna, porque a lei é uma ferramenta. Agora, que bom, Ver. Elias, se esse debate, que vai se avançando, pudesse ganhar, cada dia, mais cuidadores da Cidade. Porque tu não tens um guarda em cada esquina para dizer: “Não bota o papel do picolé fora, não bota a latinha fora”. Não existe isso! Não tem hoje, não terá amanhã e não terá nunca! O Estado tem que estar na cabeça das pessoas! Eu é que tenho que entender que não devo jogar as coisas na rua! Mas eu também acho que, infelizmente, para aquele que não tem essa consciência, não tem outra maneira: eu tenho que multá-lo! E, aí, não adianta ter multa. No Brasil é assim: a certeza da impunidade faz com que eu vá cometendo uma pequena infração, a segunda, a terceira, até cometer um grande crime!

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meu companheiro, Presidente Sebastião Melo, eu quero cumprimentá-lo pelo tema que elege e, muito rapidamente, dizer da experiência que tive à frente da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, em que vi uma coisa muito triste. A maior parte de nós, brasileiros, reclama da falta das leis ou da inobservância das leis, especialmente pela classe política, mas quando se chega na porta de um determinado cidadão que descumpra a lei – e lá o Estado chega para, de certa forma, admoestá-lo –, ele reclama exatamente do contrário: “Por que estão fazendo isso? Não deveriam estar fazendo!” Quer dizer, o problema está sempre no vizinho, nunca está em nós mesmos. E essa é uma reflexão muito importante que V. Exa. traz, porque a sociedade brasileira precisa se debruçar sobre isso. Parabéns e obrigado.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Obrigado, Valter. Eu queria, então, dizer que temos muitos desafios e esse é mais um bom desafio que esta Casa tem para este ano e para a próxima Legislatura. Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, nossos prezados visitantes, quero cumprimentar, em especial, a minha amiga Nilza e sua família, lá de Dom Pedrito; ela foi esposa de um amigo Parlamentar por muito tempo naquela comunidade, e eu tive o prazer de conviver com sua família; sejam bem-vindos.

Quero agradecer o Ver. Mauro Pinheiro por ter me cedido este tempo. Como ele me pediu, não poderia deixar de tratar de um assunto que se tornou polêmico nesta Casa e que, hoje pela manhã, foi tratado na Reunião da Mesa Diretora, Ver. Carlos Todeschini. É um tema interno desta Casa, mas é

importante, Ver. João Antonio Dib, inclusive para o debate que sempre tivemos, franco e de qualidade, que possamos expô-lo aqui.

Todos sabem que esta Casa tem tratado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI do caso Ronaldinho, e que ela foi pedida pelo nosso Partido, por intermédio do Ver. Mauro Pinheiro, que representa, nesse caso específico, a minoria na Casa. E CPI sempre foi um instrumento para que as minorias pudessem se instalar. Vejam só, o que aconteceu? Dois candidatos se apresentaram para serem Relatores dessa CPI: o Ver. Waldir Canal e o Ver. Professor Garcia. Houve uma votação e deu empate: três a três. O Ver. Mauro Pinheiro, utilizando a Lei Orgânica e o Regimento, desempatou. Diz o nosso Regimento que o Presidente da Casa, quando dá empate na composição da Mesa, tem o direito de votar duas vezes: vota a proposta original e vota para o desempate. Se isso vale para a presidência da Casa, vale também para constituirmos as presidências das Comissões. E este foi o debate na Mesa, até porque havia um Requerimento, solicitando que esse debate fosse trazido a Plenário. No nosso entendimento, esse é um debate interno da Comissão Parlamentar. Não cabe trazer para o Plenário, porque todos nós sabemos que a situação tem maioria; trazer para o Plenário significa querer, na política, derrotar a minoria. Este é um debate instalado na política. Ainda bem que a Mesa foi sábia hoje e rejeitou o pedido para que viesse a Plenário. Quero registrar isso, e nada melhor do que debatermos as teses, aqui.

Ouvi atentamente o colega Ver. Sebastião Melo falar a respeito da Cidade, dos seus problemas, dos seus potenciais e sobre o tema de que estamos tratando, que é o Código de Posturas da cidade de Porto Alegre. Isso me remete, Ver. Sebastião, a ampliar e aprofundar essa reflexão, porque os conflitos que existem na Cidade, em grande parte, os conflitos que se dão entre as pessoas, entre os moradores, entre os transeuntes são, sim, uma questão de postura dos indivíduos, das pessoas.

Os jovens colocam – está na moda – 20 mil watts, 50 mil watts de potência de som nos seus carros e abrem os porta-malas, querendo que todos ouçam essas músicas, que, na grande maioria, são músicas bregas; há aqueles que fumam e simplesmente pegam o toco do cigarro e jogam para o ar, não interessando na cabeça de quem vai cair; há aqueles que têm os seus

cachorros e adoram passear com eles, para, na primeira esquina, no primeiro poste, os animais fazerem xixi, fazerem cocô, e ali ficam os excrementos na calçada para os demais transeuntes tratarem dessa situação.

Temos inúmeras situações na questão do trânsito, e, aqui, quero fazer uma ressalva, porque temos debatido nesta Casa, meu prezado Ver. Elias Vidal, que temos uma Lei de Trânsito, e as pessoas com deficiência têm direito adquirido, inclusive para estacionar; mas há aquelas pessoas oportunistas, que, por não terem um lugar onde estacionar, vão ali e estacionam no lugar das pessoas com deficiência. Inclusive aqui nesta Casa, no estacionamento que há aqui na frente, isso acontece. Então, quero fazer um pedido à nossa guarda e à nossa vigilância para que não permitam mais que os não autorizados estacionem no lugar das pessoas com deficiência, porque isso é do Código de Posturas, isso é do código da relação da Cidade.

A nossa Cidade, neste momento, está carente de um projeto, de um planejamento estratégico que pense a Cidade, que traga essas relações de convivência. Se formos analisar a Cidade Baixa, o Centro da Cidade, veremos que já aprovamos nesta Casa que sejam áreas de entretenimento cultural, mas tem que haver a relação dos moradores com os bares. Se o Poder Público não assumir esse projeto como um projeto de vanguarda, nós estaremos sempre convivendo com os conflitos.

No meu ponto de vista, a nossa Prefeitura Municipal – o Sr. Prefeito Municipal com os seus Secretários – não tem, neste momento, um planejamento estratégico da Cidade: para que lado a cidade cresce, quais são as prioridades de desenvolvimento, qual o sistema de mobilidade urbana em que nós temos que apostar, qual é o modal em que podemos inovar? Tem ações pontuais, mas estas são insuficientes para tratarmos a Cidade.

Sr. Marino, o senhor é lá do Túnel Verde e já ganhou uma ação jurídica da Prefeitura há 8 anos; quanto a todos os acordos que o senhor fez em nome da sua comunidade, no Ministério Público, a Gestão Fogaça e Fortunati não cumpriu nenhum deles. Hoje existe uma multa diária de R\$ 10 mil, que também não vem sendo cumprida. Isso não dá improbidade administrativa, Ver. Adeli Sell? No meu ponto de vista dá, porque, se há uma decisão judicial que o Prefeito e a sua equipe não cumprem, isso dá improbidade administrativa.

Então, eu creio que aquela ação do Túnel Verde, conquistada com a decisão judicial e não respeitada, é um caso não só de decisão política como de decisão jurídica. E digo mais: por que é que nós continuamos com as 750 vilas irregulares, Ver.^a Sofia Cavedon? Onde está o Plano de Regularização Fundiária, tendo dinheiro do Governo Federal, tendo recurso para isso?

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) É extremamente importante a construção do seu raciocínio, que pega um conjunto de temas que tem como arcabouço indiscutivelmente o que hoje nós chamamos modernamente de sustentabilidade – seja sustentabilidade econômica, social ou ambiental –, e agregando a questão da mobilidade e da cultura: a cultura da paz, a cultura da convivência, do respeito, a de colocar o toco de cigarro no lixo. A acessibilidade, que é um aspecto da mobilidade das pessoas, é fundamentalmente um tema de sustentabilidade, porque é o ser humano como um todo. Assim como essas pessoas estão nessa situação degradante no Túnel Verde, quero dizer a V. Exa. que observe, ao sair aqui da Câmara, o lado oposto – já que falamos antes deste entorno –, se é possível a um cadeirante, a um cego, ou a alguma pessoa com algum problema de locomoção, seguir em direção à Usina do Gasômetro pela Praça Júlio Mesquita, porque não há ali uma calçada. O terreno é da Prefeitura. A Prefeitura nos cobra arrumar todas as calçadas no Centro Histórico, e agora está fazendo no Bairro Floresta. Por exemplo, na São Carlos, no Bairro Floresta, há um prédio antigo que chega até a Voluntários – foi uma revenda de automóveis –, que está se degradando. Não sei de quem é, parece que tem dívidas com a Prefeitura, com ICMS ou seja lá o que for. Todos estão fazendo as suas calçadas, porque foram notificados pela Prefeitura. Ver. Comassetto, qual é o único que não fez nada e dificilmente fará? Não tem como cruzar lá naquela calçada? É aquele prédio. Então, falta, de fato, ação do Poder Público. O Ver. Melo, que falou anteriormente, também disse que tem o papel do Poder Público. Então, quero dizer que está faltando uma ação maior do Poder Público.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: E essa ação, Ver. Adeli, tem que ser integrada, concatenada, coordenada. Hoje, a Prefeitura Municipal está esfacelada, cada Secretaria faz o que bem entende, não se comunica, não trabalha os projetos conjuntamente, os gestores têm uma autonomia que eu não sei de onde surgiu. O Prefeito tem que ser o executor, tem que ser o coordenador de um Governo, e não cada Secretaria ser um Governo.

Eu vou trazer um outro exemplo aqui, Ver. João Antonio Dib: a cidade de Porto Alegre tem na sua zona central praticamente o seu território ocupado. O grande desenvolvimento da Cidade se dá em direção à Região Sul, que ocorre de uma forma totalmente espontânea, sem um planejamento, sem uma elaboração estratégica, sem uma definição de programas e de princípios. Nós gostaríamos muito de receber do Planejamento uma visão estratégica, hoje, Ver. Valter, para as Avenidas Juca Batista e Edgar Pires de Castro, indo até a Restinga: como está o desenvolvimento; quais são as vias que podem ser ampliadas, duplicadas; onde estarão as ciclovias, como isso vai ser construído? Nós temos um Projeto para votar aqui, agora, sobre a transferência de índices, em função da Copa, um Projeto que já foi feito para 3ª Perimetral. Eu estive examinando o Projeto, e vi que só algumas regiões da Cidade podem comprar esses índices. Eu creio que nós temos que descentralizar isso, fazer com que os centros de bairros possam adquirir esses índices para buscar o desenvolvimento daquelas regiões.

Então, esse é um debate de conceito, mas eu também queria trazer as questões positivas que construímos conjuntamente. Nós apresentamos um Projeto para adequar o índice do regime urbanístico das Avenidas Edgar Pires de Castro e Juca Batista, e da região da Chapéu do Sol e da Ponta Grossa, que, na última sexta-feira, o Prefeito sancionou, publicou no Diário Oficial. Foi uma medida positiva, mas eu quero dizer o seguinte: ele contrariou uma decisão interna, em que o Planejamento pedia para o Prefeito vetar. O Planejamento não consegue dialogar com esta Casa; o Planejamento não sai de dentro das quatro paredes, não vê a Cidade crescendo, e não trabalha um planejamento, um projeto estratégico para a cidade de Porto Alegre. Para uma região que mais cresce, temos que trabalhar para que as contrapartidas sejam num único tema, Ver. Todeschini. O Secretário Presser veio aqui e assumiu a

falha de desenvolvimento da Cidade. Qual é a falha? Hoje, na Região Sul de Porto Alegre, há a adutora de Belém que tem capacidade para 600 litros de água por segundo, e a demanda que já está programada, é de 1.500 litros de água por segundo. E nós não temos projeto; o DEMHAB tem R\$ 500 milhões aplicados, e a população está no vermelho e o caixa no azul – não é disso que nós precisamos! Nós precisamos de bons administradores, que planejem estrategicamente a Cidade.

Ver. Braz, estamos sabendo pela Cetap, que a Comissão está trancando os projetos da Região Sul por falta de estrutura para absorvê-los – não podemos aceitar isso! Nós temos que ter um pensar uma organização além dessa realidade.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Comassetto, eu o cumprimento pela manifestação e reforço a informação para todos os que nos assistem de que em 2003 elaboramos um Plano Diretor de Água para toda a cidade de Porto Alegre, em especial para a Região Sul. E esse é um documento oficial, eu tenho cópia, inclusive, que prevê todas as obras a serem feitas para melhorar o abastecimento de água entre 2004 e 2014. No entanto, nenhuma dessas obras praticamente foi feita e, ao mesmo tempo, o Diretor do DMAE vem aqui, estufa o peito e diz que tem R\$ 300 milhões em caixa. Isso é a coisa mais lamentável que se pode ver em termos de gestão pública.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: São R\$ 550 milhões em caixa, e a população sem água. Essa é a realidade da Lomba do Pinheiro, essa é a realidade da Restinga, essa é a realidade da Hípica, essa é a realidade da Costa do Cerro, essa é a realidade da Dorival Castilho, e assim por diante.

Eu concluo a minha fala aqui, cumprimentando todos os nossos visitantes do Extremo-Sul que estão aqui, e outros. Quero dizer que não é só lá no Extremo-Sul, pois a Cidade mudou, inclusive a sua postura no Centro. O Centro da Cidade, que tinha uma política de retirar os carros, foi totalmente aberto novamente para os carros ocuparem todas as calçadas, sejam as da Av. Borges de Medeiros, sejam as no Largo Glênio Peres ou as de outras regiões.

O Ver. Sebastião Melo abriu este debate aqui falando em convivência, e as pessoas têm que ter prioridade numa cidade, e não o veículo, e não o automóvel, principalmente em locais como o Centro da Cidade. Temos que trabalhar para retirá-los do Centro, mas, para isso, tem que haver a qualificação do transporte público.

E por que o Mercado Público não pode funcionar até tarde da noite, tendo ali a cultura instalada, se os ônibus estão ali ao lado? Isso é para pensarmos, para analisarmos. Volto a dizer: faltam projetos estratégicos de desenvolvimento para a nossa querida Porto Alegre. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, às vezes, eu penso e reconheço que seja verdade, que é melhor desconhecer, aí a gente vive melhor. Hoje pela manhã, na reunião de Mesa e Liderança, realmente eu me aborreci pelo que ouvi. O problema é que eu tenho em mãos o Regimento Interno desta Casa, e eu ouvi agora o nobre Ver. Carlos Roberto Comassetto criticando o posicionamento que era meu, um dos. Há dois recursos encaminhados à Mesa, e eles não foram votados. Então, eu fiz os recursos. O art. 99 do Regimento Interno desta Casa diz o seguinte (Lê.): “Recurso é o meio de provocar no Plenário [no Plenário] a modificação de decisão tida como desfavorável, por ato da Mesa, da Presidência ou das Comissões. [Foi o que eu fiz. Eu fiz o recurso. E diz mais.] (...) III- deverá ser apresentado no prazo de quinze dias contados da leitura em Plenário da decisão, da publicação do ato ou, em outras situações, do dia do conhecimento do ato;(...) V- será decidido pelo Plenário, após manifestação da Comissão de Constituição e Justiça”. Não foi nada diferente do que eu fiz. Agora, o que eu vi hoje, sim, foi diferente. A Mesa e Lideranças decidiram que aquele Recurso que fora encaminhado à

Comissão de Constituição e Justiça, na forma do Regimento Interno, vai ser encaminhado à Procuradoria. Eu estou acostumado a ver a Procuradoria dar uma opinião abalizada, e a Comissão de Justiça derrubar o parecer da Procuradoria. Agora, vai ser o contrário. A Procuradoria vai derrubar o parecer da Comissão de Justiça? Isso não existe! Por outro lado, criticar é a coisa mais simples que tem. Não tem nada mais simples do que criticar. Agora, eu gostaria que falassem, por exemplo, das decisões judiciais em cima dos precatórios que o Estado não paga. Há até uma Comissão, comandada pelo Deputado Frederico Antunes, para ver se o Executivo termina pagando alguns que estão há muitos anos, e de importâncias ínfimas. Mas o Executivo Estadual não foi criticado hoje, porque se a crítica vale para a Prefeitura de Porto Alegre, igual, igualzinho, sem nenhuma diferença, para o Governo do Estado, o que é muito pior.

Agora, algumas coisas eu não critico no Governo do Estado, porque até acho que eles não podem fazer. Já passaram documentos aqui para criticar o Governo do Estado que eu não assinei, porque entendo que o Governo do Estado não tem condições de fazer aquilo que está sendo solicitado.

Então, nós temos de ter muito mais cuidado nas críticas que nós fazemos, temos de ter muito mais responsabilidade e seriedade nas críticas que são feitas. Mas não é o que acontece, parece-me.

Sr. Presidente, eu sou grato pela atenção dos meus Pares. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. LUIZ BRAZ (Questão de Ordem): Sr. Presidente, nesta manifestação do Ver. João Dib, ele cita que um Recurso que foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça vai à consideração da Procuradoria da Casa? Eu acho um absurdo isso, Sr. Presidente, não existe isso no nosso Regimento! Olha, nós estamos aqui para cumprir o Regimento, não estamos aqui para cumprir interesse desse ou daquele Vereador em particular. Nós temos de cumprir o Regimento! Que a decisão da Mesa vá para a Comissão de Justiça e, depois, venha para o Plenário, tudo bem. Agora, que vá para a Procuradoria?

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, eu estava na reunião da Mesa, pela manhã, quando foi feita essa discussão, e não foi isso que aconteceu. O que aconteceu é que houve uma decisão que reforça, sim, as prerrogativas do Regimento, e que o Recurso para que a matéria viesse ao Plenário foi rejeitado. O Presidente dos trabalhos, Ver. Haroldo de Souza, manifestou a intenção de que ele encaminharia, como Vereador, à Procuradoria para Parecer. Mas não houve decisão de Mesa para tanto, Ver. Luiz Braz. Portanto, a decisão colegiada foi outra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Luiz Braz, a única questão que não foi deliberada foi a priorização para a votação no dia de hoje, mas...

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, desculpe-me, a Procuradoria é o órgão de apoio à Mesa e ao Presidente; ela não é órgão para responder questionamentos de Vereador em particular; ela é órgão de apoio à Mesa e ao Presidente. O resto é com a Comissão de Justiça e com o Plenário da Casa. Não existe a história de um Vereador, em particular, querer procurar a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Luiz Braz, este Presidente não estava na reunião de hoje, esse foi um encaminhamento do Vice-Presidente, Ver. Haroldo de Souza. No entanto, está na Ordem do Dia, e nós iremos priorizar, caso haja consenso, ou por maioria, na próxima semana.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, eu não desejava falar mais no assunto; no entanto, quero dizer a V. Exa. o seguinte: a diligente Diretoria Legislativa, representada pelo Diretor Legislativo, disse, com toda a clareza, o que tinha que ser feito, pelo art. 99 – só não disse que era o art. 99, mas eu estou dizendo agora: tem que ser encaminhado ao Plenário, tem que ser votado. Já esteve na Ordem do Dia, e, agora, foi retirado da Ordem do Dia, mas as razões eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Perfeito. Já foi manifestado, Ver. Dib, que as nossas prioridades ou são por consenso ou por maioria. Por maioria, não foi priorizado. Mas a decisão de enviar para a Procuradoria foi do Ver. Haroldo.

O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, é importante a gente falar estruturalmente, Ver. Mauro Pinheiro, da cidade de Porto Alegre. E é a isso que nos propomos, aqui, hoje.

Eu quero utilizar o *datashow*. Quero lembrar ao nosso público telespectador de que já vim a esta tribuna falar muitas vezes e que me orgulho dos trabalhos em conjunto com os colegas – Ver. Todeschini, Ver. Oliboni, na época, Ver. Beto Moesch, Ver. Mario Manfro, Dr. Raul – à frente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente.

Nós fizemos, Ver.^a Sofia, nossa Presidente na época, mais de 80 reuniões na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, visitando todas as emergências e mais de 50 postos de saúde da Cidade, que geraram um relatório. Inclusive, tivemos a oportunidade de passar, para a grande maioria dos Vereadores, o Relatório da Comissão de Saúde e Meio Ambiente do ano passado. Bom, entregamos para o Prefeito. Tivemos duas audiências profícuas com o Prefeito, e agora, efetivamente, estamos podendo observar os desfechos, os desdobramentos desse trabalho: o Legislativo, não só fiscalizando, mas contribuindo com o Executivo na solução, nas possíveis soluções desses problemas, em especial na questão da Saúde.

(Procede-se à apresentação em *datashow*.)

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Eu quero mostrar para vocês aqui, primeiramente, este é o PSF Castelo, num dos dias do nosso atendimento lá. Essa Unidade está sendo amplamente reformada, já tem um projeto ao lado da cooperativa dos bombeiros, e vão ser três equipes de PSF, da Estratégia da Saúde da Família, contempladas lá.

Este aqui é o Dr. Gabriel, meu contemporâneo de infância, hoje neurocirurgião, e o Prefeito ao lado, na inauguração e liberação dos leitos do Hospital Parque Belém, hospital estratégico na Zona Sul da Cidade. E o Prefeito teve a sensibilidade no sentido de abrir, na sua gestão, mais de 45 leitos que vão dar retaguarda para as urgências e emergências. É importante, às vezes, falar o óbvio aqui, que muitas das nossas urgências e emergências se encontram superlotadas, porque lá nós temos pacientes que têm indicação de internação e não há leitos para interná-los. Então, os 45 leitos do Hospital Parque Belém vão nos ajudar neste processo.

Aqui, está a inauguração. (Referindo-se à apresentação em *datashow*.)

Aqui, já na Unidade de Saúde de Belém Novo, reinaugurada na semana passada, através de uma longa recuperação, que durou mais um ano. Foi alugada uma outra Unidade de Saúde próxima, e para lá foram os servidores; agora, um ano depois, a Unidade está aí, com os atores do Orçamento Participativo, todos participando, porque foi uma demanda do Orçamento Participativo. E está aí a Unidade de Saúde de Belém Novo totalmente inaugurada para a nossa emoção.

Aqui, o que ocorreu hoje: a reinauguração da Unidade de Saúde da Restinga, uma das Unidades mais antigas da Restinga/Extremo-Sul, e aqui nós temos o colega Daniel de Vasconcelos, um dos colegas que liderou o processo dos implantes; Dr. Leonardo Fraga e Dr. Alessandro Trombin, dentista.

Aqui, a inauguração. Ali, observem a Alda, uma das mais antigas servidoras daquela Unidade, que se emocionou várias vezes durante o ato, porque, sem dúvida nenhuma, é um ato de valorização do servidor público.

Eu quero, com isso, dizer que, exatamente, se resgata a dignidade do trabalho do servidor. É claro que existe muito ainda por ser feito, mas eu acho que está sendo dado um passo muito importante nesse sentido.

E quero agradecer ao Pitol: Pitol, muito obrigado. Amanhã, às 10h30min, na Esplanada da Restinga, Ver. Mauro Pinheiro – certamente o Ver. Comassetto também estará lá –, será a inauguração da ciclovia e o início da concorrência pública, do edital de licitação dos lotações para o bairro Belém Novo e Restinga. Pouca gente acreditava, mas amanhã o Prefeito estará lá, assinando

o início do edital dos lotações. Muito obrigado, parabéns Restinga, parabéns Extremo-Sul.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vamos seguir no tema da Saúde, Ver. Dr. Thiago, porque eu reconheço que alguns postos de saúde, finalmente, estão sendo reformados, entregues, mas eu acho que esta Casa tem que examinar onde estão os médicos na cidade de Porto Alegre, porque a notícia da semana passada, ou da outra, é que Porto Alegre é a Capital com maior número de médicos por habitante no País, Ver. Comassetto, Líder da Bancada. Olha, nós, com o maior índice de médicos por habitante, vivemos o drama da ausência da ficha, da consulta e do atendimento médico na periferia. O drama, porque se sair no fim de semana, neste sábado ou neste domingo... Eu posso contar para vocês que, no Jardim Camaquã, Unidade de Saúde que ampliou o atendimento para o terceiro turno – não é emergência, não é pronto atendimento; são fichas, são consultas pré-agendadas, à noite, Ver. Luiz Braz –, imaginem, senhores e senhoras, que a população teve essa conquista, mas tem que madrugar! Mesmo para ser atendido no turno da noite, tem que ir às 3h da manhã, às 4h da manhã, às 5h da manhã para conseguir uma ficha para o turno da noite. E os idosos – podem esquecer! – não conseguem a marcação por telefone tão falada, anunciada, discutida nesta Cidade – não conseguem! Qual a opinião da comunidade? É que o telefone é tirado do gancho, Ver. Dr. Thiago Duarte. Será que é verdade? Não conseguem!

No Posto de Saúde Passo das Pedras é a mesma situação. Uma única médica clínica – e não é responsabilidade dela –, na semana passada, não trabalhou, não atendeu segunda, terça e quarta-feira. É uma só! E, segundo os dados da Gerência de Saúde, são 40 mil pessoas atendidas pela Unidade Básica de Saúde Chácara das Pedras, que tem uma única médica. Ela não pôde atender segunda, terça e quarta, por algum motivo, se por estudo, não sei as razões,

ela atendeu, na quinta-feira, o dobro das fichas que ela atende diariamente; oito – ela atende quatro –, e, na sexta-feira, foram quatro ou cinco fichas. Esta é a realidade. E não precisa ir procurar! Faz uma reunião, faz um chá com mulheres e pergunte qual o principal problema delas: saúde e transporte coletivo, na sequência.

Então, onde estão os médicos, Ver. Dr. Thiago – que é médico, que respeito muito a categoria dos médicos, que tenho certeza que não são eles que não trabalham, mas onde estão os médicos desta Cidade? Qual é a gestão do atendimento médico nesta Cidade? Porque essa realidade de uma ou duas fotos aqui, do posto de saúde bonito, é realidade de uma ou duas fotos, mas há muita estrutura física degradada, situações de difícil acesso, nós sabemos. Uma vez um médico, no Moinhos de Vento, me disse: “Vereadora, não imagine que nós aqui ganhamos mais do que no serviço público, na emergência, mas condição de trabalho, para nós, é muito importante”. Então, há muitos problemas de condições de trabalho, mas há um problema seriíssimo de ausência da ficha médica no atendimento médico. O relato que uma senhora me deu: de chegar ao posto com a pressão alta 18, e o posto não atende, a Enfermagem até faz uma triagem e diz: vai para o hospital. Chegou ao hospital: não é emergência, tem que ir para o posto de saúde. Voltou para o posto, o posto disse: a senhora tem que mostrar a sua ficha de cadastramento. É uma romaria! Ela teve que ir até sua casa buscar documento! Voltou para o posto, não tinha médico. Resultado: voltou para o hospital e teve um microinfarto no final da tarde; ainda bem que estava na Emergência do hospital. Acho muito séria a situação do atendimento da Saúde na cidade de Porto Alegre. O que fazer?

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, achei que, nesta segunda-feira, depois daquela reportagem no programa Fantástico de ontem, Ver. João Dib, Ver. Luiz Braz, Ver. Haroldo, Ver.

Todeschini, Ver. José Freitas, Ver. Dr. Thiago, Ver.^a Fernanda, Ver. Tarciso, Ver. DJ Cassiá – faço questão de dizer o nome das pessoas que estavam assistindo e ouvindo o discurso da Ver.^a Sofia Cavedon –, eu não imaginei que ela tivesse tanta coragem; a Ver.^a Sofia é uma mulher de coragem, isso tenho que reconhecer! Quando ela fala sobre Educação, eu até me seguro um pouco. Mas o que ela falou sobre Saúde aqui depois da reportagem a que assistimos ontem, em todo o Brasil, sobre os hospitais universitários, aqueles hospitais que o Ministério da Educação, daquele senhor que o Lula diz que quer fazer Prefeito de São Paulo... Estão podres os hospitais universitários! E o único exemplo que se deu de bom gerenciamento e de bom hospital foi o Hospital de Clínicas, um modelo que a Ver.^a Sofia queria banir, porque dizia que tinha que ser 100% SUS, não queria que misturassem outras coisas. Pois ontem foi mostrado, nessa reportagem, que aquele dinheiro que o Hospital de Clínicas recebe com os convênios ajuda a manter a excelência da qualidade do Hospital de Clínicas. Então, Ver.^a Sofia eu nunca gosto de fazer essas polêmicas com V. Exa., porque parece que é pessoal, e não é; é que acontece cada coisa! É que tem que vir aqui e repor a verdade! Não é possível, depois desse fiasco que o Governo Federal vem fazendo ano após ano com a Saúde e com a Educação... Esse candidato a Prefeito de São Paulo, ele não conseguiu passar nem um ENEM sem dar problema. Candidato do Lula – e do Maluf, não é só do Lula, não, é do Lula e do Maluf. Eles deram uma “malufada” na Dona Erundina, ela teve dignidade e saiu. “Malufada”, essa palavra eu ouvia nos canteiros de obra quando faltava uma marmitta, e o que foi subtraído da marmitta dizia: “me malufaram a minha marmitta”. Vejam bem como é este verbo “malufar”, e é esse o pessoal que é defendido e cantado em verso e prosa lá em São Paulo, mas têm muitos seguidores aqui; muitos seguidores. Estão meio quietinhos, mas eles não estão parados. Eles estão quietinhos no momento, mas eles vão surgir; a primeira oportunidade que eles tiverem eles vão colocar a cabeça para fora.

E, agora, essa vergonha nacional a que nós assistimos ontem. Onde era para ser Escola de Medicina, onde era para ter exemplo dos profissionais de Medicina e do SUS... Escola de Saúde tem que ensinar os médicos, tem que dar bom exemplo. Coitados daqueles estudantes! Eu ouvi os depoimentos de

cada um. Cada estudante com vontade de estudar para ajudar no sacerdócio da Medicina, e o Governo Federal do Presidente Lula, nos últimos oito, nove, dez anos vem massacrando a Saúde do povo, agora se viu, massacra a formação dos médicos também. Massacra a formação dos médicos, liquida com os hospitais universitários e não ajuda os hospitais filantrópicos. Não ajuda, desdenha! Deixa de lado, não faz o que tem que fazer e não deixa os outros fazerem. Os planos de saúde, só sabem atacá-los, fiscalizá-los. A Agência Nacional de Saúde – escutem bem – é comandada pelo dono de uma saúde em grupo. O rapaz ganhava R\$ 150 mil para ser Presidente dessa empresa, e ele, como é um sacerdote, passou a ser da Agência Nacional de Saúde, aprovando... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... A primeira Resolução que esse senhor – que ganhava R\$ 150 mil e foi ganhar R\$ 20 mil, porque é de bom coração – fez foi no sentido de que na empresa em que ele trabalhava se aprovasse uma Resolução que servia para ela em todo o território nacional, ganhando muitos lucros em detrimento das outras que são sérias e apostam na saúde das pessoas. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; meus colegas Vereadores, minhas colegas Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes e comunidade que nos assiste. Esta tribuna é fantástica, porque os defensores do Governo Fogaça e Fortunati virem para esta tribuna querer explicar que a Saúde de Porto Alegre é uma maravilha... Talvez as suas pretensões sejam realmente transformar Porto Alegre em uma “ilha da fantasia”!

Em qualquer pesquisa realizada por qualquer instituto em qualquer comunidade perguntando qual é o maior problema da cidade de Porto Alegre, a saúde ganha disparado, como sendo o maior problema de Porto Alegre. Disparado!

Ver. Dr. Thiago Duarte, eu teria vergonha de vir a esta tribuna apresentar o posto de saúde de Belém Novo, que foi reformado, porque a oposição veio aqui para a tribuna há cinco anos; um posto que foi fechado, que foi transferido para uma casa que não tinha condições, e aqui está a comunidade de Belém, do Extremo-Sul, que sabe disso. Ficou fechado, dezenas de pessoas iam lá, e havia um cartazinho dizendo “dirija-se ao posto do Lami ou ao posto de Ipanema”, sendo que cada um deles fica a 15 quilômetros de distância. Esta é a realidade!

O senhor tinha que vir dizer aqui que esta Casa aprovou emendas para trabalharmos o Hospital Parque Belém como um Pronto Socorro aprovou em 2005, 2006 e 2007; esse dinheiro caducou e não foi utilizado. O senhor tinha que dizer aqui que o posto de saúde da Boa Vista só saiu porque a oposição pediu vista na hora de ser votado o Projeto da Ecoclin, sendo aberta uma negociação e sendo assinada a contrapartida para que o posto da Ecoclin saísse. Esta é a realidade!

O senhor teria que vir aqui, como médico de Porto Alegre, defender a Saúde e dizer aonde foram os R\$ 10 milhões roubados pelo Instituto Sollus, o que levou à morte o nosso Secretário da Saúde, Eliseu Santos. Esse escândalo tem que vir ser explicado aqui!

Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. teria que vir aqui e mostrar os números dos repasses do Governo Federal, que só aumentam para Porto Alegre. Prezado Paulo Muzell, que é o homem dos números aqui nesta Casa, essa tese – inclusive defendida pelo Ver. João Antonio Dib – já foi derrubada há muito tempo, porque o repasse do Governo Federal para a Saúde de Porto Alegre se dá em dia, e aumenta gradativamente. Agora, aonde vai esse dinheiro?!

Ver. Dr. Thiago, o senhor teria que vir aqui e dizer nesta tribuna que o Governo Federal, há quatro anos, destinou quatro UPAs – Unidades de Pronto Atendimento – para Porto Alegre. Quatro UPAs: uma para a Zona Norte, no Centro Vita; outra para a região do Humaitá, outra para a região Leste, e outra para a nossa Região Sul, que até hoje não saiu do papel, não tem nem o local. Há quatro anos o dinheiro está depositado no caixa do Governo municipal, das Unidades de Pronto Atendimento! Esse é o debate que nós precisamos fazer!

Não podemos vir aqui fazer maquiagem da Saúde, porque a Saúde é um caos em Porto Alegre, e a população sabe disso.

Nós queremos dialogar sinceramente, não adianta querer proteger a corporação médica, quando alguns não comparecem ao trabalho, assinam o ponto e vão embora. E aí, botar cartão ponto para os médicos, tem que ser feito sim!

Portanto, meu querido amigo, colega, Ver. Dr. Thiago, como representante da Saúde, V. Exa. não pode defender uma corporação em detrimento da população de Porto Alegre. Os médicos têm uma formação espetacular, têm uma aceitação espetacular pela população. Mas nós precisamos fazer com que haja condições estruturais para que esses profissionais atendam com qualidade. Então, é isso que nós temos que discutir aqui.

Para concluir, Sr. Presidente, a Saúde de Porto Alegre está na UTI, precisamos salvá-la. Talvez tenhamos que fazer isso, mudando a gestão que aí está. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, eu não me incomodo de ser contestado, de jeito nenhum, desde que quem me conteste tenha dados efetivos. Eu não consegui ouvir alguém dizer que R\$ 251 milhões seja maior que R\$ 307 milhões, até hoje ninguém me provou isso! Meu curso de engenharia talvez não esteja valendo, porque o Ver. Engenheiro Comassetto diz que R\$ 251 milhões é mais que R\$ 307 milhões. O que vamos fazer? Seis anos levou o Presidente Lula para chegar aos R\$ 307 milhões que haviam sido encaminhados à Prefeitura de Porto Alegre em 2002. Nesse período, a Prefeitura perdeu, para utilizar na Saúde, R\$ 330 milhões. Não vale chegar ali e criticar por criticar, tem que construir. Não adianta criticar os médicos. Os médicos da Prefeitura estão controlados pelo ponto eletrônico. Não adianta dizer... Eu não estou defendendo a corporação, de jeito nenhum! Eu sou

engenheiro, eu não vou fazer isso aí! Mas eu não gosto de acusações que são vãs! Agora, eu afirmei que o Presidente Lula mandou menos dinheiro para Porto Alegre, foram R\$ 330 milhões em seis anos. Hoje, seria muito mais, pois eu não continuei fazendo as contas porque chegaria a um número astronômico. Eu teria que, no mínimo, acrescentar a inflação nos R\$ 307 milhões que o Fernando Henrique mandou em 2002. O Lula, em 2003, mandou R\$ 251 milhões, e, aí, foi mandando, seis anos depois, R\$ 330 milhões. Mas, antes dos 330, não chegava a 300. Então, eu não invento! Eu leio os números, sou muito criterioso e atencioso nessa verificação da execução orçamentária.

Então, não adianta ir ali e apenas dizer que a Saúde vai mal em Porto Alegre! Não, ela vai mal no Brasil! A maior fraude que foi feita em matéria de Saúde foi no Senado Federal, quando se tinha que aplicar 10% da receita tributária da União na Saúde, conseguiram aprovar, na Câmara Federal isso, mas, no Senado, reduziram para o valor orçamentário de um ano mais a variação do PIB do ano seguinte, e os 10% desapareceram! A União não gasta 4% na Saúde! Faz muita demagogia com bolsa disso, bolsa daquilo, mas com o dinheiro dos Municípios! Com o dinheiro dos Municípios! A desvinculação da Receita da União faz com essas coisas todas, que sejam razão de glória para a União, os munícipes todos pagam, porque deixa de vir recurso do Fundo de Participação dos Municípios, porque deixa de vir dinheiro para o SUS, e, com isso tudo, a coisa fica muito mal. Então, se é para criticar alguém neste País, em matéria de Saúde, é exatamente a União, que a Dra. Dilma e o “honoris causa”, por várias universidades, realmente fizeram com que não mais fossem utilizados os 10% previstos na Constituição. Mas eles fizeram uma coisa bonita, não posso dizer que não, eles chamaram a atenção que os Estados deveriam aplicar 12%; com os Municípios, eles não tinham moral para pedir isso, porque a maioria dos Municípios do País aplica acima dos 15% que a Constituição determina. Faltava moral para dizer qualquer coisa! Agora, como os Estados têm dificuldades, até porque a União só faz arrancar recursos dos Estados, detém todo o poder monetário do País, então, é muito fácil dizer: “Olha, o Estado é culpado, o Município tem que fazer mais, mas nós, União, não precisamos fazer nada, nós vamos criticar”.

É isto que o PT está fazendo aqui hoje. Esqueceram os leitos que foram acrescentados à disposição dos munícipes, esqueceram os leitos de UTI, esqueceram tudo que foi feito! Só eles eram os perfeitos durante os 16 anos, quando desgraçaram a Saúde em Porto Alegre. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver. José Freitas, eu não ia subir à tribuna, mas como diz o Ver. Comassetto é um “parla” “mento”, ou “mente”, às vezes, ou esquecem de falar a verdade.

Ver.^a Sofia Cavedon, hoje a senhora me surpreendeu! Quando a senhora olhou para mim, achei que ia falar da Educação de qualidade, porque hoje o Governo do Município de Porto Alegre está dando um show! Já não posso dizer o mesmo do Governo do Estado, que não cumpre a Lei. Aliás, como diz o próprio Sindicato: infelizmente, é um Governador fora da Lei!

Vou tentar contribuir com V. Exa., Ver.^a Sofia, por quem tenho uma admiração muito grande, e também vou tentar contribuir com o Ver. Comassetto a quem pergunto: lembra da Emenda nº 29? Ver. Sofia, V. Exa. lembra da Emenda nº 29? Ora, se essa Emenda tivesse sido cumprida pelo Governo Federal, hoje, Ver. José Freitas, não teria pena de morte no País! A pena de morte está na Saúde Pública! Pena de morte existe, sim, está na Saúde pública! Se essa Emenda tivesse sido cumprida, a nossa Saúde seria diferente. Se essa Emenda tivesse sido cumprida, aquela moça, pelo desespero de ficar um dia ou uma noite toda esperando por atendimento, com dor, não teria feito o que fez lá em Viamão, no Governo do PT. Não teria feito! Ela perdeu a cabeça, porque estava enferma, com dor, não foi atendida durante um dia todo, na espera, e, no desespero, cometeu um delito e foi presa! Doente e presa, Ver.^a Fernanda Melchionna. Doente e presa! Se a Emenda nº 29, Ver.^a Sofia Cavedon e Ver. Engenheiro Comassetto, tivesse sido cumprida como deveria ser pelo Governo Federal, aquele cidadão, que há duas semanas se acidentou de motocicleta em Canoas, não teria ficado nada mais, nada menos do que

duas horas, Ver, João Antonio Dib, esperando por atendimento, estendido no chão.

Ora, é muito fácil, Ver. João Antonio Dib, juntar toda a sujeira e tocar para debaixo do tapete dos outros. Com certeza, há muita coisa para se fazer em termos de Saúde em Porto Alegre; agora, em muita coisa se avançou! Eu gostaria até que os meus colegas que aqui estiveram na tribuna falando na Saúde viessem dar um relato. Salvo melhor juízo, este é um dos poucos Municípios no País que cumpre acima da lei, que investe acima do que determina a lei.

O meu tempo está terminando, Ver. João Antonio Dib, mas que quero encerrar dizendo: Ver.^a Sofia, Emenda nº 29! Só isso. Cumpram a Emenda nº 29, que a Saúde será outra em nosso País!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (16h12min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão, em 2ª Sessão, o PR nº 031/12. (Pausa.)

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PR nº 031/12.

O SR. ADELI SELL: Ver. Mauro, alguns dirão que é óbvio, mas nesta Cidade nada é óbvio, porque, quando se fala do Parlamento, as pessoas o tratam como algo extraterrestre ou algo das catacumbas. Vamos falar a verdade, porque agora que nós estamos nos aproximando do período eleitoral, as pessoas que são contra a democracia, DJ Cassiá, que têm saudade do autoritarismo, são as primeiras a verificar, por exemplo, os gastos do Parlamento. Pois eu não tenho nenhum problema. No primeiro dia da Lei do Acesso às Informações, eu estive numa rádio e disse: “Eu ganho R\$ 6,6 mil, descontados o Imposto de Renda, o INSS e a contribuição partidária”. Algumas pessoas ficaram espantadas: “como ganha bem um Vereador!” Outros me

disseram: “Puxa vida, vocês ganham apenas isso”! Depende dos parâmetros. Eu não estou me queixando de absolutamente nada. Se fosse para vir aqui me queixar, eu poderia voltar a dar aula – por nove anos, eu dei aula numa faculdade, fui livreiro também –, ou eu poderia ter outra profissão; melhor, isso aqui não é profissão, isso aqui é um espaço conquistado pelo voto. Ontem, alguém, pelo Twitter, me mandou os meus gastos com material impresso, xerox, etc. Não precisa mandar para mim, eu sei quanto eu gasto. Eu sei também que eu gasto e gasto bem. Não tiro xerox para bonito, é para responder às pessoas, indistintamente do voto. Nós temos um espaço democrático, nós estamos vivendo a era do republicanismo – ou deveria ser assim –, por isso que cada Bancada... E aqui nós fizemos uma divisão equânime, não tem mais essa de ganhar a presidência da Mesa, ficar aqui não sei quantos anos o mesmo Presidente, como já aconteceu nesta Câmara. O Presidente podia tirar quantos xerox queria, gastava o que queria, e quem da Mesa não concordasse não tinha cargos na Câmara. Isso mudou! Esta Casa foi a primeira Câmara que acabou com o voto secreto, esta Câmara já cassou uma Vereadora, aqui não tem votação secreta, já disse, estou repetindo, ou seja, nós temos que ter transparência, e é isto que nós estamos fazendo: igualdade. O Ver. Freitas entrou na vaga do nosso camarada, hoje Deputado, Oliboni, e tem o mesmo direito que qualquer Vereador que entrou aqui há quatro anos; ele constituiu, legalmente, dentro da lei brasileira, uma Bancada, portanto tem o direito de bancar, e assim deve ser!

Eu estou falando isso porque nós precisamos fazer esse debate com a sociedade. A sociedade deve saber apreciar, analisar Vereador por Vereador. Porque muitos nos criticam, mas se alguém perguntar a eles em quem votaram, provavelmente, às vezes, votaram exatamente em alguém que faz o que eles condenam. Nos gastos eleitorais que nós vamos ver agora vai ser a mesma coisa. Nós, que temos os cuidados, que temos a visão de que as coisas devem ser feitas da forma certa, vamos sofrer o pênalti, muitas vezes, daqueles que fazem a coisa indevida. E é por isso que estou fazendo este debate, é por isso que esta Casa Parlamentar não para, e não pode parar. E nós representamos a sociedade não só nas horas que nós sentamos aqui neste Plenário! Enquanto estou falando aqui, há uma pessoa querendo falar

comigo ali do outro lado, porque este é o momento em que ela pode me encontrar aqui sem nenhum problema! E nós somos daqueles que nos encontramos em qualquer ponto da Cidade; e não há como nos esconder, a não ser que alguns tenham esse milagre de sumirem do nada, mas não é o meu caso. Às vezes, as pessoas nos dizem: “Puxa, agora vai ser duro, tem campanha”. Não, para mim não tem dureza, para mim continua tudo como sempre foi: ir à comunidade, fazer um trabalho, usar o espaço da Bancada, porque nós estamos discutindo espaço das Bancadas, atender às pessoas junto com os meus colegas, debater na Bancada os votos que a gente dá aqui. A nossa Bancada se reúne todas as quartas-feiras, cada um tem a sua idiossincrasia, cada um tem o seu *modus operandi*, e deve ser assim. Eu estou, portanto, debatendo este simples Projeto aqui, um Projeto de Resolução, exatamente porque este é o espaço que me dá condição, Freitas, de fazer o debate que tem que ser feito: acabar com a hipocrisia, Ver. João Dib, acabar com aquela futrica, Ver. Haroldo, dizer a coisa como ela é, sem se esconder. Eu não tenho medo de dizer quanto ganhamos, quanto eu ganho, quanto eu gasto, o que eu faço e o que eu deixo de fazer. Essa é a transparência que os Parlamentos têm que ter. Resta saber como as Bancadas se organizam, quais os direitos que têm, Elias Vidal, e quais os deveres também. Ver. João Dib, saúde e paz, do resto a gente corre atrás.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Não há mais Vereador inscrito para discutir a matéria. Encerrada a 2ª Sessão de discussão do PR nº 031/12.

Em discussão o PLE nº 001/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Professor Garcia, ao PLL nº 047/11, que estabelece procedimentos a serem adotados na venda, na distribuição pelo Município de Porto Alegre e no descarte de medicamentos.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Professor Garcia, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03, de sua autoria, ao PLL nº 047/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 006/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 047/11. (Pausa.)

O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 047/11.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Ver. Mauro Zacher, Presidente da Casa; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, este Projeto de Lei nós apresentamos no ano passado, no mês de abril, logo que retornamos a esta Casa. Qual é a preocupação? Hoje, cada vez mais se discute não só no Brasil, mas no mundo inteiro, a questão dos resíduos gerados pelas indústrias e a responsabilidade que elas devem ter com o seu recolhimento. Vamos lembrar que, há alguns anos, no nosso País, nós recebíamos pneus que, na realidade, nada mais eram do que lixo da Europa, e nós dizíamos que eram pneus recauchutados, seminovos e saíamos usando. O Governo Federal, no ano de 2010, fez uma lei prevendo a questão dos resíduos sólidos e a forma, e cabe a cada Município fazer as suas legislações. O que estamos procurando fazer, de forma simples, mas com cuidado? Estamos querendo com que todas as farmácias de Porto Alegre recolham os remédios vencidos. Todos nós, dentro de nossas residências, temos remédios vencidos. Quando eu digo todos, digo com muita propriedade, porque, nos lugares em que tenho falado, todo mundo realmente tem.

Quero colocar também alguns dados, e aqui é a Casa da discussão. Por exemplo, a Faculdade de Farmácia da UFRGS nos trouxe dados de que a nossa água, do DMAE, uma água boa, talvez a melhor do Brasil, tem um alto

índice de antibiótico. E de que forma se dá esse processo do antibiótico? Se sobra um remedinho, ou colocamos no vaso sanitário ou na pia, e dali vai para o Guaíba. Algumas coisas se consegue separar, outras não. Quando nós começamos uma pesquisa, hoje, em Porto Alegre, todas as farmácias de manipulação já recebem os resíduos, já fazem essa seleção.

Das farmácias existentes, há uma rede de farmácias que já está fazendo, começou em outubro, novembro do ano passado – e até eu quis trazer, mas não conseguimos, depois, articular –, ela já recebeu mais de quatro toneladas de remédios em Porto Alegre. Fazendo a discussão com as diversas farmácias, algumas entenderam que custaria mais ou menos R\$ 170,00 por trimestre. E, aos poucos, os proprietários começaram a utilizar um termo que eles chamam de fidelização do cliente, ou seja, entendem que aquele cliente, quando for na farmácia para largar os remédios vencidos, ele acaba comprando outras coisas.

E nós retiramos do Projeto original algumas coisas, por exemplo, a questão de ter de carimbar cada caixa – e até foi o Ver. Dib um dos que nos sugeriu. E, hoje, nós colocamos, então, que isso não precisa, porque as experiências que estão sendo feitas dessa rede nos dizem que a embalagem, hoje... Têm uns que nem trazem com embalagem, trazem os comprimidos. E se nós nos preocuparmos com o detalhe da embalagem... Não, nós queremos, na realidade, é o produto.

Mas o que já fazem hoje? Já tem um descarte só para a embalagem, que vai para um outro destino, ela não entra junto com esses remédios, mas as embalagens são para a questão de fazer a reciclagem das caixas.

E também foi colocado que a questão de cadastrá-los também elimina..., ou seja, a pessoa vai lá e larga os remédios e, depois, vai para um descarte, o qual, hoje, inclusive, não é no Município de Porto Alegre, quero também colocar isso.

E eu vejo que isso aqui vai contribuir – e muito – para que possamos conseguir, na cidade de Porto Alegre, não termos mais – volto a dizer – remédios vencidos, que todos nós temos nas nossas residências. E, ao mesmo tempo, também, para começarmos a articular e pensar em outros elementos na cidade de Porto Alegre que possam também entrar nesse bojo, através de

proposta de lei também, para que possamos, cada vez mais, contribuir para a eliminação desses produtos e, ao mesmo tempo, intensificar e fazer com que, em nível de Governo Federal, as fábricas, as empresas geradoras possam, sim, ser responsabilizadas pelo destino final dos seus produtos.

Então, de forma bem fraterna, venho colocar o que é o Projeto, o que é que está sendo feito, o que foi discutido em nível das universidades, tanto em nível de farmácias de manipulação, como das demais farmácias, e também com alguns segmentos da população. Mas eu volto a dizer, hoje, todos nós, na cidade de Porto Alegre, e em outros Municípios certamente também, temos remédios vencidos, e não sabemos como descartá-los. E, quando é líquido, os descartamos da pior forma, ou seja, no vaso sanitário ou pia, e tudo isso acaba no Guaíba, criando, de forma imperceptível, porque não vemos, problemas para nós mesmos, porque, cada vez que precisarmos de antibióticos, vamos ter que tomá-los cada vez mais fortes.

Então, deixo para análise, para discussão e apreciação dos Vereadores, para que possamos votar este Projeto ainda hoje.

Já agradeço a compreensão, e por podermos trazer este assunto para discussão em Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLL nº 047/11.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Professor Garcia, o seu Projeto apresenta uma ideia que tenta minimizar um problema que é criado pelas próprias farmácias, e pela própria indústria de medicamento, em seu abuso praticado no Brasil.

Se uma pessoa recebe uma receita para tratar uma enfermidade por sete dias, ela é obrigada a comprar medicamento para dez dias ou quinze dias, porque a caixa vem fechada. Então, muitas vezes, a pessoa gasta o dinheiro que não tem para pagar a conta de um laboratório, que vem, inclusive, viciado por uma receita médica, que pagou um curso, uma promoção, ou uma benesse para um determinado profissional.

Então, estamos diante de um quadro lamentável, porque essa questão, Ver. Toni, da logística reversa, não deveria nem ser lei, mas deveria ser obrigação da empresa, da indústria, do negócio que já está ganhando muito dinheiro com isso.

Eu ouvia uma discussão sobre isso, no sábado pela manhã, no Programa da Beatriz Fagundes, na Rádio Pampa. Você tem uma receita que é preconizada, ela é recomendada, por sete dias, mas o medicamento que você vai adquirir, em geral um antibiótico, ou medicamentos bastante fortes, ativos, mas você tem que comprar medicamentos por mais dez ou doze dias, porque a caixa é fechada, você tem que pagar a caixa, o rótulo e tem que pagar o medicamento que não vai mais usar. Então, isso tudo é uma situação lamentável que ainda nós vivemos no Brasil. Em outros países, eu tenho a informação de que, quando o médico, o profissional receita o medicamento, como ele é indicado para ser adquirido, é assim que é vendido e comercializado na quantia do consumo. Pois da forma como nós estamos, talvez 50% sempre você é obrigado a adquirir, quando o tratamento é para 20 dias, é obrigado a comprar para 30; quando é para sete, compra para dez ou doze ou onze dias. Assim vai criando estoques de medicamentos em casa, sem uso, e depois com o risco de descarte, que pode ser na água, no solo, que pode ser das mais diversas formas. Então, eu penso que é uma medida que vai ser aprovada, evidentemente, mas nós temos que protestar num plano maior.

É inaceitável que isso continue acontecendo, que o poderio da indústria química, a indústria de medicamentos continue sendo a segunda em faturamento no Brasil, que a população seja obrigada a comprar os pacotes fechados de medicamentos para tratar a sua doença, que os laboratórios continuem sem ética, a enriquecer de forma ilimitada, e que você seja obrigado a comprar o pacote pronto, mesmo sabendo que vai usar 50% ou 60% dele.

Então, quero trazer aqui esta reflexão, Ver. Adeli Sell, porque nós temos que ir para cima da Anvisa. Qual é o trabalho da Anvisa? É só ajudar os amiguinhos? Porque sei que eles só fazem isso, só protegem os que são protegidos, os que são poderosos. Ou está aí para defender a população do Brasil? Essa Anvisa não está aí para ajudar o povo brasileiro, essa Agência está aí a serviço dos grandes laboratórios, do grande poder econômico, dos tubarões, porque eles

são o segundo maior faturamento do Brasil. Ganham rios de dinheiro, não para ajudar o povo, mas para ajudar os laboratórios, para ajudar as grandes multinacionais, para ajudar alguns amigos protegidos. Por isso, é necessário enfrentar essa matéria de outro ângulo, fazendo com que, de fato, as receitas e o atendimento sejam de acordo com aquilo que as pessoas vão consumir, e que não depois de ter pagado, indevida e desnecessariamente, ainda sobre o resíduo para ser descartado, e muitas vezes de forma completamente irregular, agredindo o meio ambiente.

Por isso, vamos aprovar este Projeto, porque é uma ideia que traz aqui o Ver. Professor Garcia, mas é uma ideia que tem um problema congênito; o mal maior tinha que ser evitado na origem: as pessoas não deveriam gastar dinheiro inutilmente; o remédio não deveria sobrar, e a saúde, no que diz respeito aos laboratórios, não devia ser um fator de lucro e de geração de grandes fortunas, mas um fator de tratamento e de defesa da Saúde pública. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 047/11.

O SR. ADELI SELL: Ver. Mauro Zacher, nós estamos falando do Projeto do Ver. Professor Garcia, que estabelece procedimentos a serem adotados na venda, distribuição e no descarte de medicamentos no Município de Porto Alegre.

Eu fiz um Projeto de Lei recentemente, que trata da questão dos depósitos e tem a ver com isto aqui. Eu faço um Projeto de Lei que se assemelha muito à questão do “Visite nossa Cozinha”. Lembro que isso já é algo adotado há muito tempo em Porto Alegre. O meu Projeto de Lei se assemelha, ele dialoga com este Projeto de Lei que iremos aprovar, sobre a possibilidade de eu poder entrar em qualquer depósito, porque nós ficaríamos estarecidos, também, com o que encontraríamos em algumas farmácias por aí.

O Ver. Professor Garcia tem toda razão ao propor este Projeto de Lei, porque nós temos que ter cuidado com os descartes, porque há um serviço especial de

coleta para laboratórios, para clínicas, e seria bom verificar se todas as nossas farmácias estão dentro disso também, porque elas aplicam medicamentos, fazem injeções, e descartam, ou deveriam descartar, os medicamentos vencidos.

Sendo assim, em defesa da Saúde pública, pelo bem-estar da população, devemos aprovar este Projeto. Eu espero que todos aprovem, nas Comissões, também o meu Projeto, que dialoga com este tema, que é a possibilidade de visitar os próprios depósitos, incluindo os depósitos das farmácias. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para discutir o PLL nº 047/11.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Ver. Professor Garcia, autor do Projeto, eu queria comentar algumas coisas, aproveitar este momento, já que a discussão inclusive é Saúde, e dizer que, realmente, eu defendo as corporações mais oprimidas, como por exemplo, a dos médicos. Eu sou um defensor dos médicos. Efetivamente, acredito que o problema da Saúde não é e nem nunca será o trabalhador das nossas unidades: eles são o início da solução do problema. Não reconhecer que a Cidade tem avançado... Todos aqui são testemunhas de que tenho sido um duro crítico de algumas ações da Secretaria, quando a situação exige, mas sou obrigado a reconhecer o esforço que a Prefeitura tem feito nesse sentido no Parque Belém, Beneficência, Vila Nova, unidades reformadas. Mas nós precisamos avançar mais, a Saúde não está um mar de rosas. E, sem dúvida, o avanço se dá é na direção dos servidores, é, provavelmente, a recuperação que se deve fazer daqui por diante.

Quero dar uma rápida pincelada. Como o assunto é Saúde, volto a reforçar a questão do Hospital de Clínicas, que é modelo de gestão para o País. Sobre o que o Ver. Idenir Cecchim disse desta tribuna há pouco, alguns meses atrás, veio um cidadão respeitável de um sindicato da Cidade, vilipendiar o modelo que existe no Hospital de Clínicas. Quando fomos lá – o Ver. Carlos Todeschini e o Ver. Aldacir José Oliboni estavam presentes – pudemos ver a apresentação

do Hospital no sentido dessa administração modelar que foi mostrada, ontem, no Fantástico.

No que se refere especificamente ao Projeto do Professor Garcia, eu entendo o que fala o Ver. Carlos Todeschini, só que eu faço uma reflexão. Acho que é muito difícil nós termos, por exemplo, medicações para crianças, antibióticos para crianças – e falo com propriedade, não só como médico, mas como pai; nesse fim de semana, a minha filha necessitou de um antibiótico, e o antibiótico para criança, por exemplo, ele depende do peso da criança; então, é impossível que o laboratório tenha todas as doses possíveis para aquelas crianças, ainda mais de medicamento líquido. Efetivamente, podemos ter algumas sobras, Professor Garcia; podemos ter sobras não só por não chegar a usar essas medicações, mas porque, às vezes, o tratamento é interrompido em função de o paciente não se adaptar à medicação – e isso é bastante frequente. Para citar um exemplo, a 1/3 dos anticoncepcionais orais dados para as adolescentes, mulheres com menos de 18 anos, elas não se adaptam; então, há necessidade de se utilizar outro, e aquela cartela de comprimidos fica sobrando. Então, acho muito difícil a gente ter a dose ordenada.

Aceito, e concordo, em termos, com a crítica que o Ver. Todeschini faz à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mas quero dizer que ela tem relação com o Ministério da Saúde; quero dizer que ela é vinculada a ele e que ela exerce um papel que não tínhamos no Brasil e que adveio da Constituição e depois da regulamentação das questões vinculadas à Saúde, que é o de regulação de todas as medicações. O selo da Anvisa, hoje em dia, nos mostra que aquele medicamento – é uma quantidade em demasia ou não é – é um medicamento de qualidade. Assim como o FDA americano baliza as medicações utilizadas nos Estados Unidos, talvez o mecanismo de vigilância mais respeitável que temos no planeta: o Food and Drug Administration.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, é necessário – e eu o saúdo – o controle, ainda mais sobre medicamentos; agora, a Anvisa não tem sido uma agência democrática; ela favorece só os grandes, os poderosos; este registro eu faço, sem medo.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Então, temos que regulá-la melhor, Ver. Todeschini. Ela é uma agência – e eu faço esta vinculação –, ela funciona como a Vigilância Sanitária no Município e no Estado; ela é agregada ao Ministério. Então, realmente precisamos fazer essa reflexão. Mas ressalto o passado; o passado é de não se ter nenhum elemento de controle, principalmente do mais importante, talvez, de um medicamento, que é a qualidade do medicamento. A qualidade do medicamento é fundamental para que se tenha um tratamento efetivo.

Termino dizendo, Ver. Professor Garcia, que é meritório o seu Projeto. Eu só acho que nós vamos ter que ter uma regulação muito importante, Professor Garcia, no que se refere a esse descarte e um controle de perto, tanto na Vigilância Estadual quanto na Vigilância Municipal, para que, efetivamente, esse medicamento – a gente sabe que existem grandes farmácias – não venha a ser reutilizado. Então, eu acho que esse controle nós vamos precisar fazer com um olho clínico muito próximo para evitar que se possa utilizar um medicamento vencido ou utilizar um medicamento que já foi aberto e que já pode ter a sua qualidade alterada em função do decurso de tempo ou das más condições de manutenção e de guarda dessas medicações. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Dr. Thiago. Gostaria de registrar a presença do SATED: do Vinícius, do Áureo, do Fábio, que estão aqui conosco, como representação do Sindicato dos Artistas. São muito bem-vindos. Inclusive, tem um debate para ser feito nesta Casa em relação ao Centro Cenotécnico e aos projetos envolvendo a obra de 2014, que atinge um dos principais pontos dos artistas da nossa Cidade; o pessoal do teatro, do cinema, e que, certamente, precisa do apoio desta Casa para que os artistas não sejam desalojados e tenham outro local para guardarem os seus materiais, os seus equipamentos.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 047/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver.^a Fernanda. Antes de discutir a proposta de lei, eu também quero cumprimentar os nossos ativistas e artistas da área de teatro. Sobre este tema do Centro Cenotécnico, eu conversei com o Secretário Assis Brasil, que me disse que não tinha nada, formalmente, ainda colocado pela Prefeitura, mas que concordava com a minha opinião de que é, Ver.^a Fernanda, inaceitável o fechamento daquele espaço sem, eu não diria condições iguais, porque as condições são muito precárias, mas em melhores condições, e de que nós não vamos aceitar mais uma ação de força do Governo Municipal, de desapropriação, sem primeiro discutir, sem primeiro dialogar, sem primeiro construir as saídas para o tipo de atividades que há nesses espaços. Estamos vivendo esse tipo de ação na Tronco, na Anita, e assim são várias situações. Nós não aceitamos a violência de Estado, como estamos caracterizando, e a falta de diálogo e respeito à cidadania de Porto Alegre, que aprendeu a participar e exige respeito por sua participação direta. Mas me referindo ao Projeto do Ver. Garcia, nós estamos tratando aqui do descarte de medicamentos, que é um tema bastante complexo. Eu não sei se foi bem discutido, deve estar, o Professor deve ter trabalhado muito esse tema com as farmácias, sobre a capacidade de estocagem e de recepção, porque, na verdade, pela legislação nacional, todo resíduo deve voltar ao gerador, Ver. Dib. Então, se nós compramos tinta em uma loja, o revendedor deve receber as latas com resíduos de tinta, que devem voltar ao produtor, ao distribuidor, que deve devolver ao produtor. Toda a cadeia deve estar fechada dessa forma. Infelizmente, nós temos pouquíssimas ações de conscientização de cobrança e de restabelecimento desse fluxo reverso na cidade de Porto Alegre, e eu poderia exemplificar com os resíduos da construção civil, uma área extremamente grave da vida de Porto Alegre, uma área superaquecida, para a qual não há nenhum trabalho de conscientização da Prefeitura, desde o usuário, desde o produtor desse resíduo, que faz lá uma pequena reforma na sua casa, uma pequena reforma na sua cozinha, no seu pátio, na sua área, no seu banheiro. Eu afirmo que talvez 90% dos cidadãos não sabem que devem reverter os materiais tóxicos para a origem, que não podem colocar misturados

dentro da caçamba, que têm que checar onde será colocado aquele resíduo. Não há nenhuma gestão na Prefeitura de Porto Alegre, de forma a conseguir áreas para o descarte desses resíduos, que hoje vão para Canoas e que está, sim, lá em Canoas, criando uma outra sistemática; em São Leopoldo, já com triagem, com separação e com máquina para reaproveitamento dos resíduos; e a cidade de Porto Alegre, Ver. Dib – não adianta ficar brabo –, sequer regulamenta a Lei dos Resíduos Sólidos, uma Lei votada nesta Casa, de dois ou três anos.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nobre Ver.^a Sofia Cavedon, eu tenho absoluta convicção de que V. Exa. leu nos jornais de hoje os resultados da coleta que fez a Prefeitura, de material de Internet, computadores, etc. Então, não é dizer que não tem nenhuma iniciativa, não.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Exatamente. Eu tenho que fazer a ressalva, infelizmente, de serem episódicos os esforços da Prefeitura de reversão de coleta. Eu sei da coleta que houve na Usina do Gasômetro, divulguei, inclusive, na rede social, porque acho que esse é o destino certo da uma Cidade que quer ser sustentável, e que quer transformar através da Cultura, e não, depois quando o prejuízo estiver instalado, correr atrás desse prejuízo.

Então, é nesse sentido que o Ver. Garcia propõe essa Legislação, parece-me adequada, mas não tenho a discussão das farmácias, não tenho condições de entender se é exequível desta forma, sem uma preparação. Mas, acho que esse processo tem que ser feito, o cidadão precisa saber a gravidade do descarte de um remédio, de um resíduo de remédio, remédios fora da validade, num local adequado; precisa saber como ter facilitada a devolução e o encaminhamento desse resíduo, porque o que a gente vê, hoje, e acompanhando o galpão de reciclagem na Av. Rubem Berta, é que para ser de material reciclável, Ver.^a Fernanda, e é assustador o que é recebido – do lixo seletivo, que supostamente deveria estar separado pelo cidadão – de lixo orgânico. São montes de lixo orgânico nos galpões que lá chegam por falta de informação, de formação, de estímulo, de educação ambiental, que faz com

que as pessoas relaxem, e acabam agredindo os trabalhadores que ali estão. Então, a Cidade, de fato, regrediu muito no cuidado com todas as suas sobras, nas várias áreas; eu dei vários exemplos, nesse sentido, Ver. Todeschini.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) É uma palavra só: é um desrespeito para com os recicladores.

A SRA. SOFIA CAVEDON: É um desrespeito absoluto, e acho eu que iniciativas nesta Casa de toda ordem são bem-vindas. Nós, que instalamos um grupo de trabalho dos resíduos da construção civil, estamos aguardando ansiosamente a posição final da Prefeitura, porque escrevemos tudo o que pudemos, juntos com as diferentes Secretarias, e há um conflito de atribuições entre SMOV e SMAM não resolvido, e nós achamos que isso precisa ter agilidade. O Parlamento aqui faz os seus esforços, por isso vou votar a favor, mas está faltando presença de gestão de Governo para a Cidade, de fato, fechar o circuito, poluindo e agredindo menos a sua natureza.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Encerrada a discussão.
(Pausa.)

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Carlos Todeschini, a Emenda nº 01 ao PLL nº 047/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 10 votos **SIM**.

Dez Vereadores presentes, não há quórum.

Encerrada a Ordem do Dia (16h55min.)

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h55min.)